

EM BUSCA DE PAISAGENS HABITÁVEIS: RESSURGÊNCIAS DE UM RIO NO BAIRRO DE ITAPUÃ, SALVADOR-BA

IN SEARCH OF HABITABLE LANDSCAPES: RESSURGENCES OF A RIVER IN THE QUARTER OF ITAPUÃ, SALVADOR-BA

ARINA B. V. E SILVA, JUNA B. V. E SILVA, MARTA RAQUEL DA S. ALVES

RESUMO

Sendo fruto dos Trabalhos Finais de Graduação desenvolvidos em conjunto pelas autoras e intitulados *Paisagens Indomáveis: encontros nas margens do Abaeté e Cidade-Floresta: retomando territórios de vida em Itapuã*, a intenção deste artigo é discutir a relevância dos estudos relativos à paisagem na busca por cidades habitáveis, abandonando as noções de paisagem como *plano-de-fundo*, um cenário pitoresco para ação humana. Em vez disso, buscamos práticas coletivas e comunais no bairro de Itapuã na cidade de Salvador-BA, na qual socialidades mais que humanas emergem e seres tidos como inanimados por muitas vertentes de pensamento, como plantas, rios, mares, pedras e areias, são agentes políticos participando da composição de mundos conosco. Assim, os trabalhos vislumbram o ressurgimento de um rio canalizado no subsolo: o Abaeté, que aflora à superfície através de nascentes e fontes - muitas abertas e construídas por moradores do bairro - e deságua na praia de Itapuã, integrando uma rede de microrrios sistematicamente canalizada nas décadas de 80 e 90 pelas gestões governamentais: uma das marcas dolorosas da urbanização progressista imposta às nossas paisagens. Esta rede é conectada ao ecossistema de lagoas e brejos do maior remanescente de restinga de Salvador que se encontra salvaguardado pela Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoas e Dunas do Abaeté e pelo Parque Metropolitano do Abaeté e vem sendo gradativamente engolido pela expansão urbana, nos fazendo refletir os próprios fundamentos das políticas de preservação a fim de pensar alternativas para a vida nas cidades.

Palavras-chave: Paisagem litorânea. Rios urbanos. Recomposição florestal.

ABSTRACT

As a result of two undergraduate architecture thesis projects, originally developed together by the authors and entitled Indomable Landscapes: possibilities of encounter at the margins of Abaeté and Forest-cities: retaking life territories in Itapuã, this article aims to discuss the relevance of landscape studies in the search for livable cities, abandoning notions of landscape as either background, or a mere pitoresque scenery for human actions. What we look for, instead, are collective and communal practices taking place in the district of Itapuã, city of Salvador, Bahia, in which more-than-human sociabilities arise, and beings often considered inanimate by many currents of thought, like plants, rivers, seas, rocks and sands, are political agents composing world altogether with us. Thereby, both proposals take a glimpse at the resurgence of a river once confined under the ground: the Abaeté, that resurfaces in dozens of springs and fountains – many of those built and kept by people from the neighbourhood – and flows into the sea of Itapuã beach, integrating a network of micro rivers and catchments within a river basin, systematically buried in concrete chanel during the 80's and 90's governmental managements: one of the painful wounds inflicted by progressive urbanism on our landscapes. This network is part of an ecosystem of lakes and marshes, belonging to the largest remainder of restinga dunes in Salvador, safeguarded by a Protection Area (PA), the Lagoas e Dunas do Abaeté and by a Metropolitan Park, the Parque do Abaeté, and is gradually shrieking, engulfed by the urban expansion, which forces us to reflect on the basic principles of preservation policies and wonder about alternatives for life in the cities.

Key-words: Litoranean landscape. Urban rivers. Florestal recomposition.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Salvador, a relação com as águas é sintomática: os corpos hídricos, antes abundantes, se veem sumindo gradativamente, ficando presentes apenas nas memórias relatadas pelos mais velhos ou capturadas por lentes fotográficas tempos atrás. Este é o caso da quase desaparecida rede de microrrios do Abaeté no bairro de Itapuã que foi sistematicamente canalizada pelas gestões governamentais a partir das décadas de 1980 e 1990. Restando hoje poucas fontes, nascentes e lagoas, além das infraestruturas de concreto cujas marcas podem ser vistas nas sarjetas das calçadas ou desaguando na praia.

Estes fragmentos de rios nos dão pistas de onde vão as águas doces do bairro. Alguns deles promoveram encontros transformadores com outros moradores daqui, porque a rede de microrrios da qual falamos faz parte de uma rede ainda maior que conecta muita gente diferente, como humanos, plantas, bichos e areias. Visualizando essas redes, conseguimos entender que a devastação das florestas de Itapuã, por parte da expansão urbana aos moldes capitalistas que aliena a gente de nossas terras, não pode ser desassociada da desagregação das territorialidades e dos modos de vida tupinambás e afro-brasileiros aqui presentes (LUZ, 2012).

Com o arruinamento cada vez mais veloz das paisagens, as florestas urbanas são fatiadas dos demais espaços das cidades em áreas de preservação ambiental. Embora estas áreas sejam fundamentais para desacelerar a devastação das matas e rios, elas ainda são frutos da própria expansão capitalista que sentencia a morte da floresta e dos povos que com ela vivem, materializando na paisagem uma ruptura brusca entre as ditas áreas de preservação e as demais áreas, onde a ordem natural das coisas é destruir a natureza. Ainda assim, observamos os lugares de encontro, de intercâmbio e de ressurgências, das práticas comunais que se propõem a reencantar a vida e sobre modos de habitar e compor com paisagens arruinadas.

Assim, os trabalhos apresentados registraram e elaboraram estratégias paisagísticas para fortalecer a conexão entre as zonas de preservação ambiental e os lugares edificados do bairro de Itapuã através do ressurgimento na superfície de trechos do então desaparecido rio Abaeté e da potencialização e criação de áreas florestadas. Além disso, destacamos que eles são frutos de atividades de pesquisa e extensão universitárias sobre paisagens de restinga em Salvador¹ e foram desenvolvidos entre março/2019 e dezembro/2020, sendo afetados pela pandemia Covid-19.

¹ Em 2016, sob orientação da professora Naia Alban Suarez e tutoria da professora Marta Raquel da Silva Alves, iniciamos um projeto de iniciação científica e extensão intitulado *Restinga: estudo e reinserção do bioma na paisagem urbana de Salvador*, tendo a APA Lagoas e Dunas do Abaeté como primeiro local de estudo.

² Para mais informações sobre os trabalhos apresentados, ver Vital, A. (2020) e Vital, J. (2020).

O TERRITÓRIO DE ITAPUÃ RONCA COM A MARÉ!

Nosso primeiro eixo de análise nas atividades de pesquisa se deu, a grosso modo, com estudos do ecossistema da restinga, dos processos de ocupação urbana costeiros e da historiografia de Itapuã. Esses estudos são essenciais para apreender um pouco da complexidade do território e de suas transformações ao longo do tempo. No presente trabalho, vamos fazer um breve apanhado dessas análises², caracterizando o território de Itapuã a partir das continuidades e rupturas.

Itapuã é mais conhecida por ser um bairro do município de Salvador, mas é, antes disso, um território, um rochedo e um ancestral tupinambá. O nome vem do idioma do tronco tupi-guarani, onde ita, significa “pedra” e puã, em alguns estudos, é “ronco” ou “gemi-do”, em outros é “saliência”, “ponta”. Itapuã é a pedra que desponta sobre o mar, seu ronco anuncia o território e revela uma paisagem: o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, importantes e construídas sem intenção e abertas a possibilidades emergentes (TSING, 2019). Quem sabe ouvir, sabe que a pedra conversa com o mar, anuncia marés, fala da lua, dos peixes, das correntes marinhas, dos ventos e do sol.

Além das pedras, as águas são um elemento fundamental nos modos de vinculação territorial de Itapuã, bem como as matas e as dunas de restinga. Sendo um ecossistema de transição entre o oceano e o continente, a restinga consiste em depósitos salinos vindos de sedimentação (as dunas de areia) associados a vegetação de portes variados e bastante resistentes, haja vista a intensa salinidade, insolação e abrasão causada pelos ventos marítimos e umidade (FUENTE, 2011). Restinga diz respeito tanto à paisagem litorânea marcada pela formação de areais e todos os outros aspectos, quanto sobre a vegetação que cobre e fixa os cordões de dunas, distribuindo-se em camadas paralelas à linha do mar que ganham porte e se transfiguram em matas à medida que nos afastamos da praia (Figura 1). Enquanto paisagem, entendemos que as restingas constituem um mosaico de dunas, águas, plantas, minerais, bichos, humanos e encantados como mostra a Figura 2.

Figura 1 - Perfil esquemático mostrando camadas da restinga. **Fonte:** Perfil esquemático mostrando camadas elaborado pelo grupo de estudo Restingueiras. Salvador/BA, 2018.

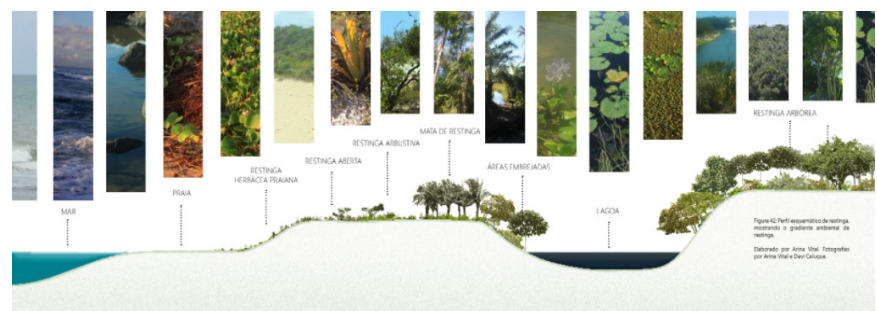




Figura 2 - Fotos feitas na APA Lagoas e Dunas do Abaeté.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2018-2020.

O encontro de água doce com água salgada é uma ligação de ordem cosmológica, reverenciada até hoje no bairro que abriga uma importante comunidade tradicional de pesca. A maior das lagoas de água doce é o Abaeté, cercada por dunas cobertas de mata de restinga. A geologia também fala do equilíbrio existente entre as águas doces e águas salgadas em Itapuã e de como se dá essa relação sob o solo, em nível de lençol freático. Em uma análise geomorfológica ilustrada na Figura 3, Avanzo (1988) conta também que, há cerca de 120.000 anos atrás, o Abaeté foi um rio, cuja bacia foi remodelada a partir dos processos de variação do nível do mar na costa, modificando o curso do seu leito principal pouco a pouco, e dando origem a microrrios e lagoas no meio de dunas, dentre elas a Lagoa do Abaeté. Luz (2012) aponta que esses rios, muito antigos, foram represados para atender ao abastecimento urbano de água, e hoje se encontram canalizados.

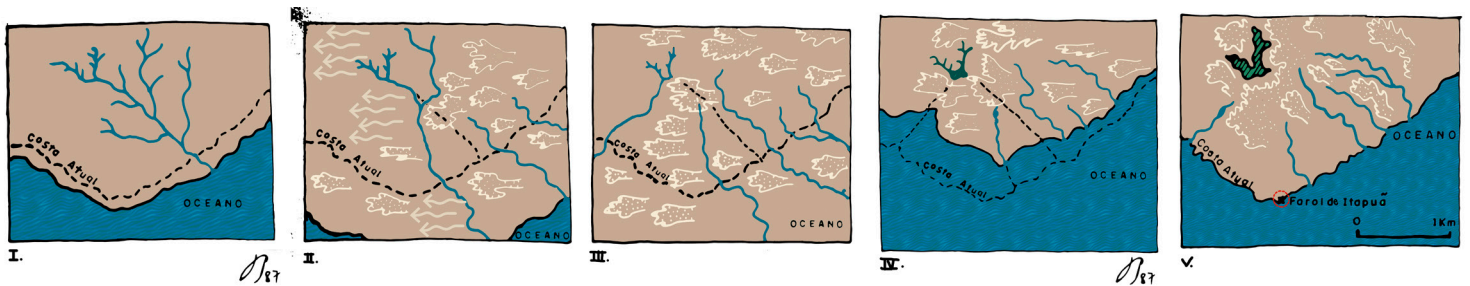


Figura 3 - Ilustração da transformação do Rio Abaeté em Lagoas.

Fonte: AVANZO, 1988. Adaptado (colorido) pelas autoras.

Assim como as pedras são ancestrais encantados, também as matas e as águas têm seus Caboclos e Martins-Pescadores, entidades de origem indígena e africana (LUZ, 2012, p.139). Os encantados remontam a um modo civilizatório e a uma territorialidade baseada na sacralidade da natureza e no pertencimento à terra (SANTOS, 2018), onde a ideia de posse individual de terra não existe (SANTOS, 2018; LUZ, 2012). Ser nomeado como posseiro é uma violência com a terra da qual ninguém é dono e a violência com a terra é também uma prática de violação das condições de existência dos povos cujo modo de vida se baseia no cuidado da terra.

A posse é introduzida pelo Estado colonial, implantado pelos invasores portugueses no século XVI (LUZ, 2012) e faz parte de um

processo de usurpação de território e dizimação dos povos originários, que permanece em curso até hoje, alicerçado também na escravização de povos africanos sequestrados de seu território de origem. Atualizando-se século após século, o projeto colonial de desterritorialização de povos originários ganha contornos modernos e escala urbano-industrial no século XIX. No início da década de 1940, Itapuã foi incluída em um plano de ordenamento urbano que a incorporou efetivamente no tecido urbano de Salvador através da construção de uma via que margeia o mar. Narcimária Luz (2012) sinaliza o quanto esse projeto modernizador é uma extensão imperialista do neocolonialismo, sendo amplamente financiado por capital estrangeiro e seguindo a estética americana, absorvendo, inclusive, o automóvel americano como símbolo dos valores da modernidade: velocidade, progresso e desenvolvimento.

Hoje, Itapuã apresenta-se como um território recortado e desagregado, cujo traçado urbano ortogonal e fragmental revela o projeto de expansão rápida e efetiva de espaços para a especulação do consumo e acúmulo. Esse tipo de produção espaço-temporal hegemônica é excepcionalmente bom em arruinar paisagens, produzir extinção e destruir diversidade, e tem como característica a escalabilidade, cujo objetivo é a expansão contínua sem transformação das partes (TSING, 2019). A escalabilidade é triunfo do design de precisão, nos computadores, nos negócios, no desenvolvimento, no progresso, na “conquista” da natureza e, mais genericamente, na criação de mundos baseados na percepção da paisagem como blocos uniformes, prontos para a expansão futura.

A escalabilidade está presente nos projetos de ordenamento urbano, zoneamento e planejamentos estratégicos que desagregam territórios como o de Itapuã. O processo de especulação territorial despontou na década de 1970, quando o circuito turístico de Salvador volta os olhos para as praias e lagoas de Itapuã, com destaque para a Lagoa do Abaeté, que se tornou o centro de um Parque Metropolitano inaugurado em 1978 e reformado em 1991 para atender a demanda do turismo, deixando para trás ruínas de alguns equipamentos em áreas do parque quando o ciclo findou.

Muito do que sabemos sobre nossa territorialidade está condicionado à narrativa da colonização, tratada como a narrativa dominante. O que essa narrativa arrasta é muito mais uma história das nossas ruínas, de como algumas dinâmicas avassaladoras, como a do projeto colonizador, conseguiram fazer com territorialidades como a de Itapuã. Contudo, nos interessa neste trabalho os contínuos de expansão da raiz originária, que os projetos coloniais jamais serão capazes de extinguir e que observamos nas perma-

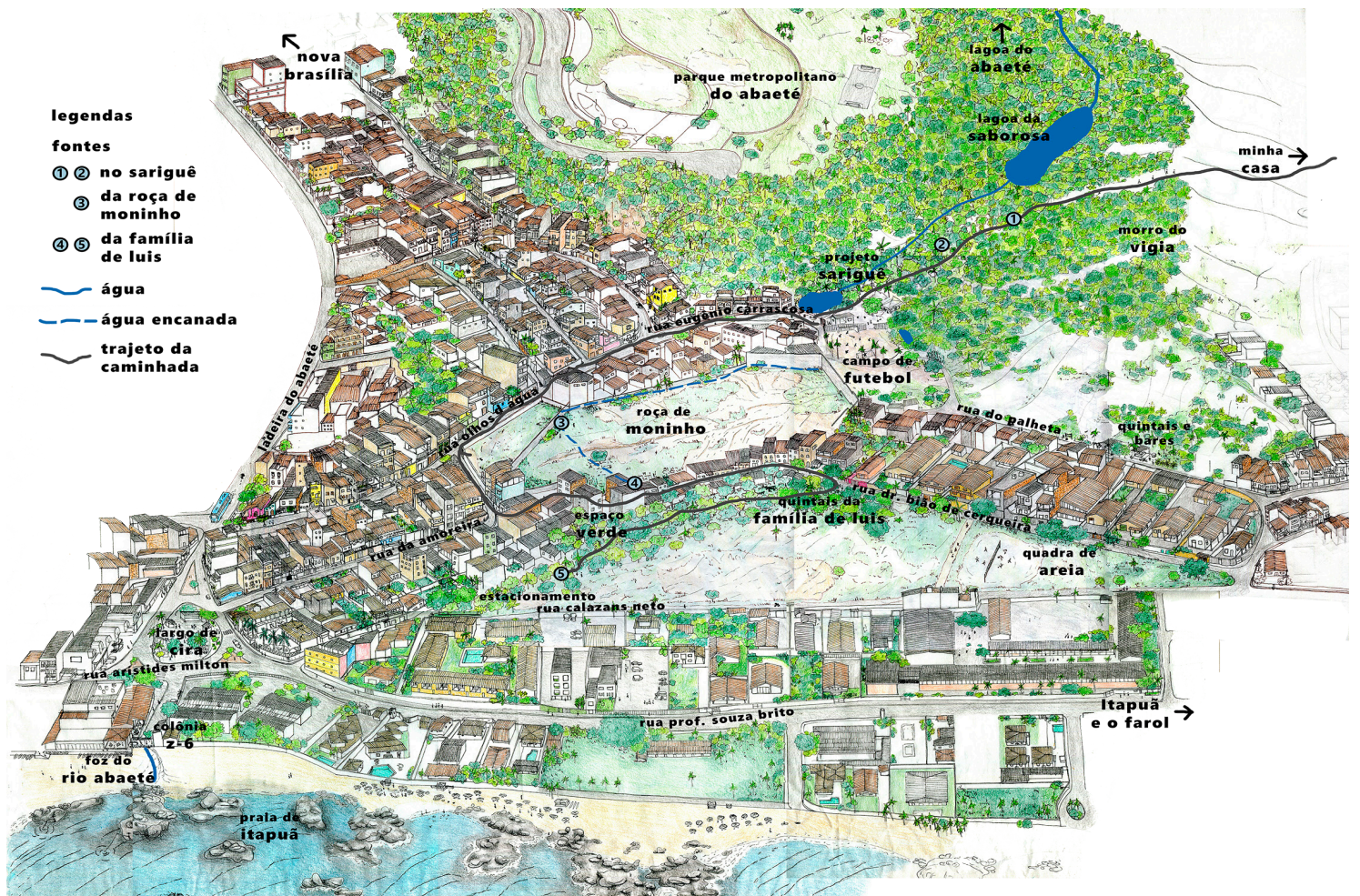
nências da paisagem e nos vínculos territoriais que descreveremos a seguir.

CAMINHADAS, ESTUDOS E ENCONTROS

Ao longo dos trabalhos de pesquisa, participamos de reuniões do conselho gestor da APA, de mobilizações políticas pela preservação do Abaeté, e nesses espaços conhecemos moradores do bairro de Itapuã. Numa dessas, conhecemos Valter Hugo do *Projeto Sariguê*, *Associação Casa dos Bichos* em 2019 e, a partir de então, conhecemos mais pessoas da vizinhança ao sul do Parque do Abaeté, das quais muitas também realizavam ações de cuidado na área, como cultivo de jardins em espaços públicos. Esses encontros transformadores influenciaram diretamente nossas pesquisas para os TFGs. Neste artigo, vamos tratar mais especificamente das histórias de moradores que cuidam de fontes do antigo rio Abaeté: Valter Hugo, do Projeto Sariguê, a Roça de M. e a Quebrada da família de Luís. As Figuras 4 e 5 ilustram a localização de cada um desses lugares em nossa área de estudo, no bairro de Itapuã.

Figura 4 - Cartografia da área de estudo.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



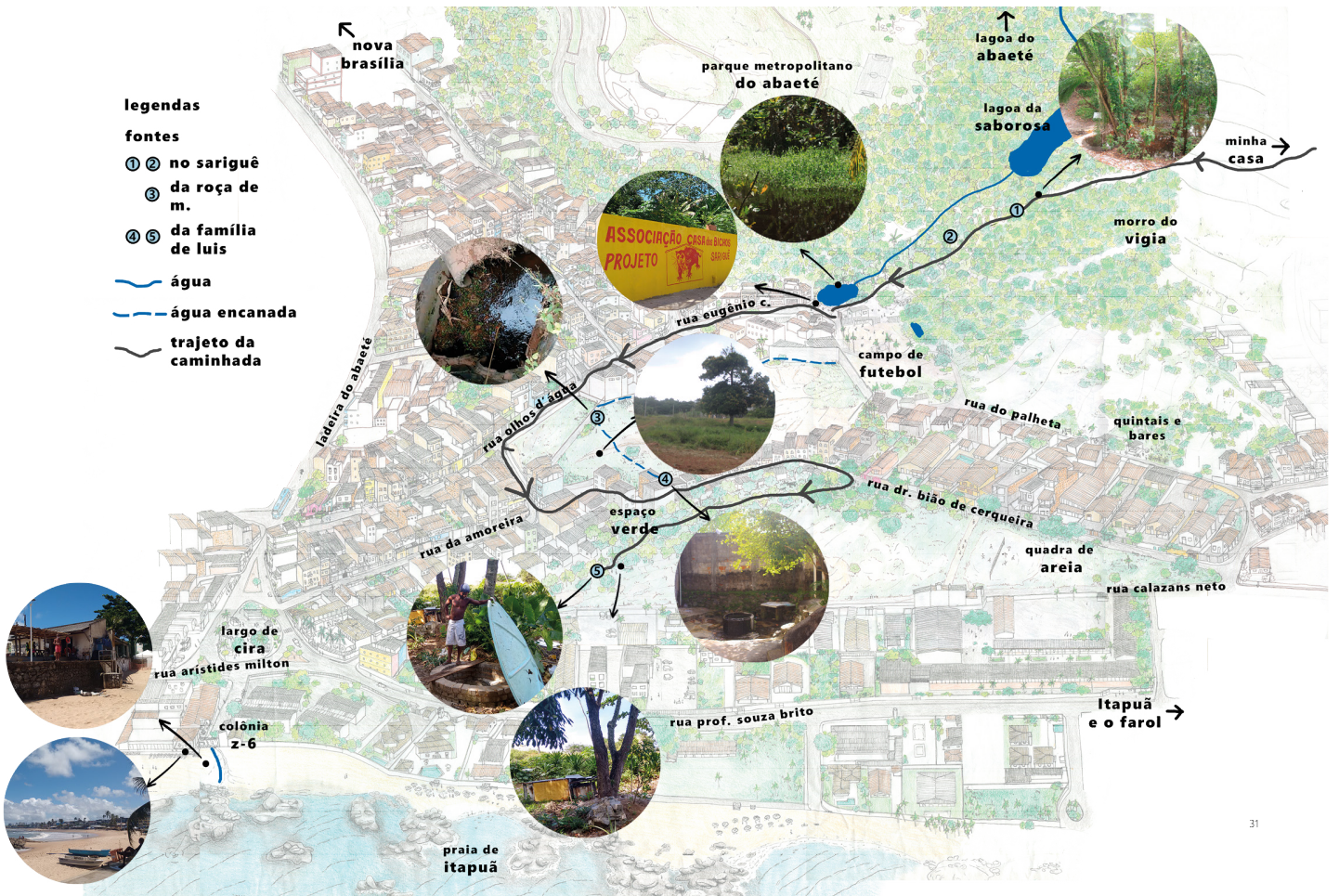


Figura 5 - Lugares visitados ao longo do trabalho.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

Projeto Sariguê: A Associação Casa dos Bichos - Projeto Sariguê existe desde 2007 e é uma associação comunitária em um terreno invadido na borda da APA Lagoas e Dunas do Abaeté. Representado por Valter Hugo, conhecido também como o Sariguê, o projeto promove mutirões de plantio e manutenção da área, que por sua vez conta com muitas nascentes de uma antiga Lagoa, a Saborosa.

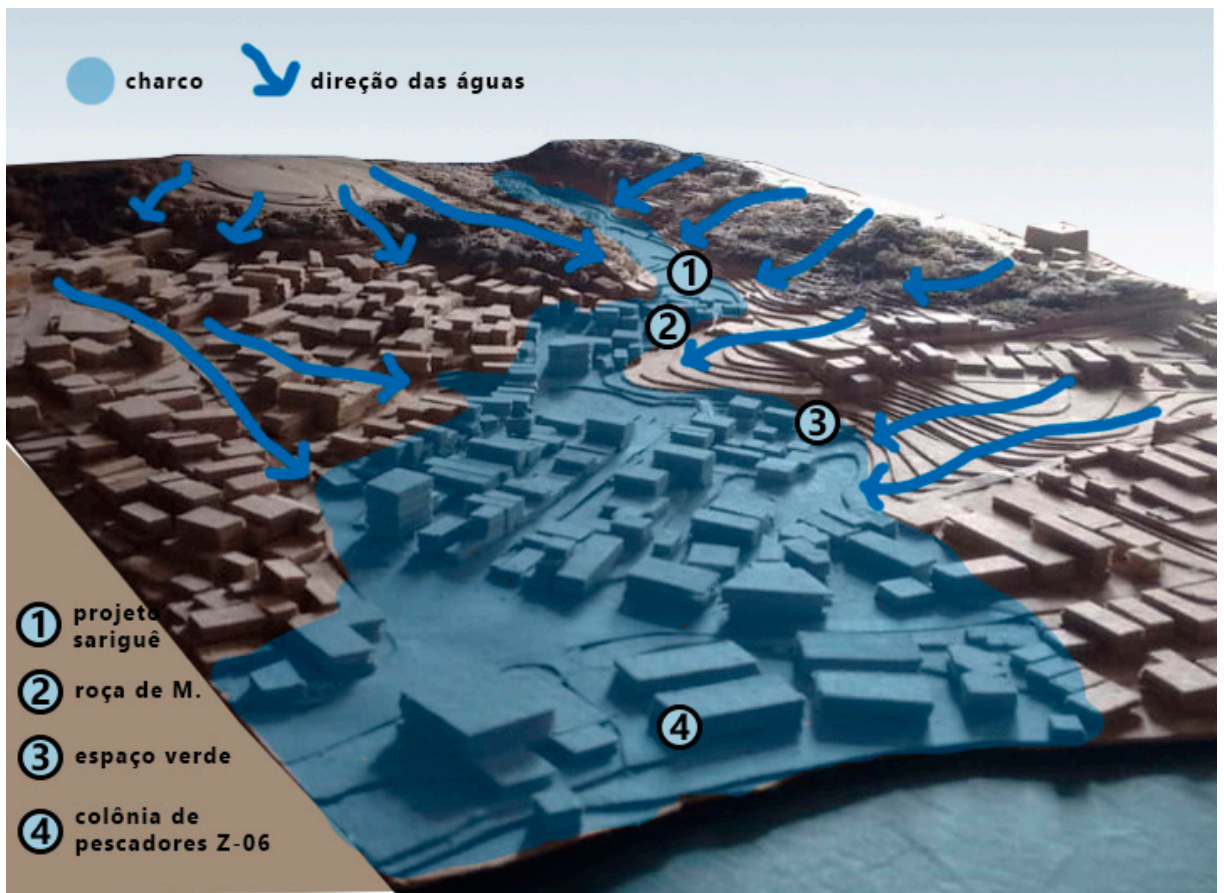
Roça de M:M. cultiva uma roça há 18 anos em um terreno não edificado de grandes extensões ao qual ele é contratado para tomar conta e cujo proprietário mora em outro município e teria a finalidade de construir um condomínio. O rio Abaeté atravessa esse terreno canalizado no subterrâneo, tendo um pequeno trecho de seu canal aberto, de onde se pode puxar água corrente. Parte da vizinhança tem memórias de quando esse terreno era dunas de areia e não tinha muro. Também notamos como ele pode conectar dois grandes espaços livres do bairro: o Parque do Abaeté, os espaços livres da rua Calazans Neto.

Duas nascentes cuidadas pela família de Luís: A família de Luís é antiga em Itapuã, conformando uma pequena vizinhança entre a

r. da Amoreira, a roça de M. e o Espaço Verde (espaço de cultura e preservação pertencente à família). A primeira fonte é acessada por uma manilha e localizada num terreno entre duas casas de parentes. A segunda foi escavada numa área livre vegetada próximo ao estacionamento do Espaço Verde com a intenção de abrir uma lagoa futuramente.

Em conjunto com os moradores com quem conversamos acima, a partir das fotos aéreas dos anos de 1976, 1989, 2006 e 20 (VITAL, J. 2020) e da análise da topografia com a elaboração de uma maquete física da região (Figura 6), conseguimos especular um possível trajeto do rio Abaeté seguindo as cotas mais baixas da topografia, desaguardo ao lado da colônia de Pescadores Z-6 (Figura 4) assim como entender que grande parte da área de estudo consistia em áreas úmidas de baixada. Então, decidimos, em nossos trabalhos, registrar e pensar estratégias paisagísticas para resgatar características dessas áreas úmidas, possibilitando o ressurgimento de trechos do rio Abaeté na localidade estudada.

Figura 6 - Direcionamento das águas na área de estudo.
Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



PRESERVAÇÃO E FINITUDE NO CONTEXTO DA APA LAGOAS E DUNAS DO ABATAÉ

Os moradores mais antigos de Itapuã relatam como as matas do

bairro vêm diminuindo com o avanço de loteamentos e construções sobre suas margens. Nós, moradoras mais jovens, começamos a notar isso principalmente com nossas atividades de pesquisa, quando entendemos que a floresta de Itapuã é resguardada pela APA Lagoas e Dunas do Abaeté e que a devastação das matas urbanas é um fenômeno recorrente em todo país.

No contexto de uma cidade mais e mais adensada, as perspectivas não são animadoras. Quando ficamos retidas pela análise de imagens aéreas e vemos as áreas de preservação sendo engolidas pela expansão urbana e caímos na armadilha - especialmente violenta com os grupos mais marginalizados e suas lutas pelo acesso à terra - de visualizar toda ocupação humana como uma ação implacável e unilateral. As histórias do tópico anterior nos mostram maneiras de ocupação humana que contradizem este ponto de vista e reforçam a necessidade de refletir e buscar suporte teórico sobre as políticas de preservação, entendendo seus dilemas e contradições na busca por uma preservação mais efetiva.

A equivocada concepção de que os assentamentos humanos são inimigos das florestas é europeia e ganhou maior força no século XIX com a idealização do Mundo Selvagem (*wilderness*)³ (DIEGUES, 2000), fundamentando teorias, políticas e ações na área de preservação ambiental até hoje. Santos (2015) nos ajuda a entender que as raízes da oposição entre conservação da natureza e ações humanas permeiam a relação com a terra nas tradições eurocristãs monoteístas, pois “a religião é uma dimensão privilegiada para o entendimento das diversas maneiras de viver, sentir e pensar a vida entre os diferentes povos e sociedades” (p.20):

[...] ao amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia. (SANTOS, 2015, p.31)

A *cosmofobia* encontra interlocução com a *dessacralização* do *Cosmo*, na qual o homem moderno “ao se perceber fora do Cosmo e num patamar acima dos demais seres, perca a possibilidade de se experienciar como cosmopolita – como um ser que tem no Cosmo sua *pólis*, a sua morada” (UNGER, 2001, p.23), e “a natureza passa a ser vista como uma reserva de matéria-prima, cujo va-

³ “aqueles espaços cada vez mais restritos de uma natureza pura, incorrompida pela presença humana, *horti conclusi* que dão testemunho de um passado que teria conseguido sobreviver ‘intocado’ desde os tempos primigênicos até o presente – mas que estaria hoje ameaçado de desaparecer, em resultado da ação cegamente predatória da civilização ocidental. (p.37) O mundo edênico da *wilderness* [...] é construído em torno de uma oposição fundamental entre a vida, concebida como inesgotável profusão de formas e sutil equilíbrio de forças, e a humanidade (seja como espécie “anti-natural”, seja em sua variedade moderna-industrial)” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.39).

⁴ No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997 em seu Artigo 1º define a água como “um bem de domínio público” e como “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 1997).

lor reside somente em atender aos desejos humanos” (p.26). Ao se estabelecer que o *homem*, único detentor de cultura, de subjetividade, de experiência e capacidade de transformar o mundo sozinho; os demais seres são reduzidos a objetos destituídos de agência. Desta forma, a água se torna um recurso, um bem de que se usufrui⁴.

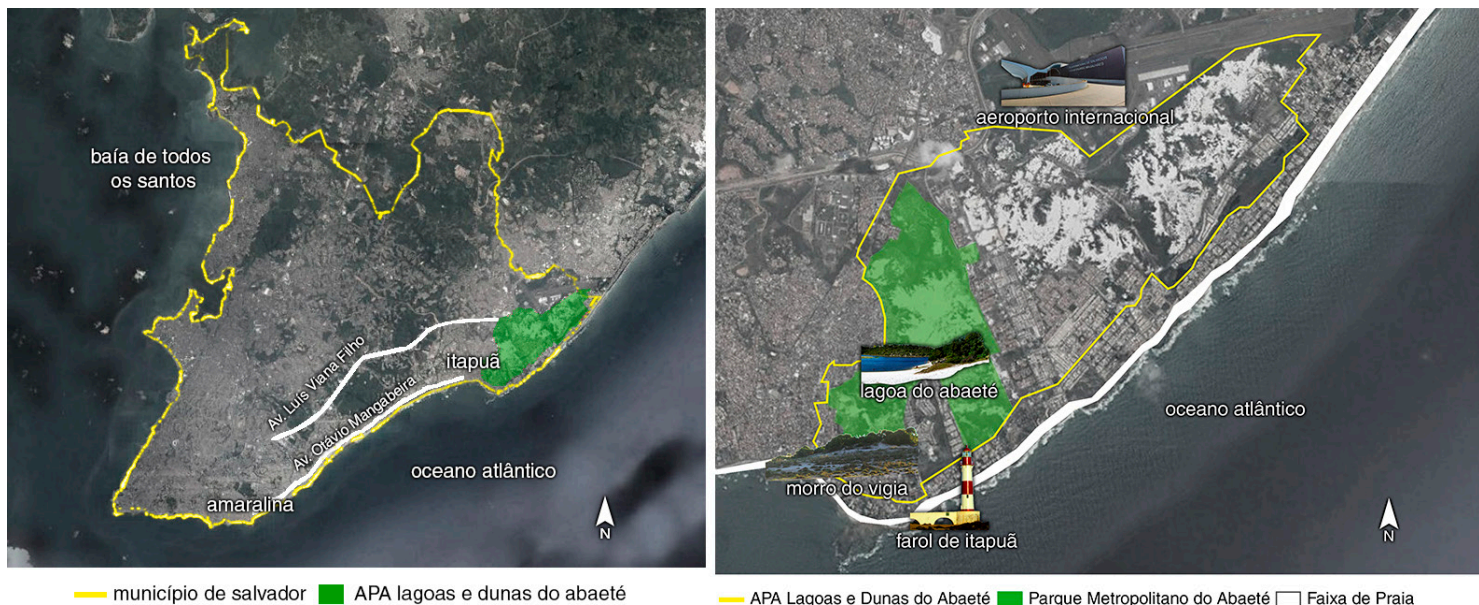
Assim, as questões *ambientais* vieram ter relevância, ou urgência, em 1960, quando os processos de industrialização já haviam causado danos irreversíveis ao planeta de modo que não se poderia mais negar sua ação destrutiva e irresponsável. É por isso que as políticas e acordos ambientais internacionais estão pautados em *compensação, preservação e recuperação*: somente se compensa um dano já causado; somente se preserva o que está ameaçado e somente se recupera o que foi perdido.

No Brasil, temos a criação do Código Florestal (lei nº 4.771) em 1965 que introduz os conceitos de áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e dá outras providências. Em 1981, implementa-se a lei federal nº 6.902, dispondo sobre o instrumento de zoneamento e criação de Estações Ecológicas e APAs, e é sancionada a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo era “a **preservação**, melhoria e **recuperação** da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao **desenvolvimento socioeconômico**, aos interesses da **segurança nacional** e à proteção da dignidade da **vida humana**” (BRASIL, 1981). Nos anos 2000, é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) pela lei nº 9.985 que “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. (BRASIL, 2000). Já em 2012, é sancionado o novo Código Florestal que determina critérios de proteção das formações ecossistêmicas e da biodiversidade do país e estabelece novas áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Algo em comum nesses instrumentos legais é a noção de que a natureza está à serviço do ser humano que, portanto, está fora da natureza, como nos mostra Gudynas a respeito do *ecologismo superficial*:

Há um imperativo que é sobretudo moral: devemos conservar a natureza para o ser humano. Uma ética ambiental superficial restringe-se à ética humana; a natureza está fora da ética, não é da competência da ética. Uma ética ambiental superficial enfatiza soluções técnicas, soluções tecnocráticas, as políticas de desenvolvimento não são debatidas [...] Tal postura ética reconhece a natureza sem valores próprios, a serviço do homem, e o homem com a sabedoria necessária para administrar conscientemente a natureza. (GUDYNAS, 1992, p.40)

A APA é um dos dispositivos de proteção mais flexíveis, pois admite a ocupação humana, algumas atividades industriais e comerciais, ficando a critério de cada normativa (BRASIL, 1981). A APA estadual Lagoas e Dunas do Abaeté (Figura 7) foi criada em 1987 para preservar “os últimos remanescentes de sistemas de dunas associados à terras úmidas (lagoas, alagadiços e brejos) conservados no município de Salvador” (BAHIA, 2002, p.3). Podemos destacar dois instrumentos importantes para seu gerenciamento: O Zoneamento Econômico Ecológico (conjunto de parâmetros urbanísticos específicos para a APA que prevalece sobre as normativas de uso e ocupação do solo do município e, a grosso modo, possui zonas as quais permitem a ocupação humana e aquelas que não) e o Plano de Manejo que constitui diretrizes para gestão e preservação da APA.

Figura 7 - Localização da APA na cidade de Salvador e sobreposição da APA com o Parque Metropolitano do Abaeté.
Fonte: Elaboradas pelas autoras sobre imagens do Google Earth 2018.



Desde sua criação, a APA Lagoas e Dunas do Abaeté teve seu zoneamento modificado algumas vezes (1992, 2002 e 2010). Fernandes *et al.* (2015) mostram como essas alterações corresponderam aos interesses da especulação imobiliária, resultando na redução da área total, e daquelas ditas não urbanizáveis. Além disso, questionamos algumas contradições da normativa, a saber da i) invisibilização das territorialidades negras e indígenas acrescida da sua estigmatização pela pobreza; e ii) extensão da APA exclui loteamentos costeiros e a faixa de praia, ambientes essenciais para as restingas (VITAL, J., 2020).

A afirmação de Unger (2001, p.123) de que o “preservar não é apenas não causar danos a alguma coisa. O preservar genuíno tem uma dimensão positiva, ativa, e acontece quando deixamos algo na paz de sua própria natureza, de sua força originária”, sinaliza

a necessidade do cuidado com a natureza para além dos limites das áreas de proteção. Desta forma, nossos trabalhos propõem o fortalecimento da conexão das áreas urbanizadas com as de preservação tentando compor-se com o ressurgimento de rios e matas.

VISLUMBRANDO O RETORNO DE UM RIO

A Lagoa do Abaeté faz parte de um delicado sistema de lagoas e dunas. Algumas dessas lagoas são intermitentes, como a Lagoa do Urubu e a Dois-Dois. Porém, as perturbações locais provocadas pelo excesso de pavimentação urbana, o constante bombeamento de água subterrânea por equipamentos de grande porte, como hotéis da região, e o assoreamento de lagoas e canalização de rios, afetam a qualidade da água e diminuem consideravelmente a recarga hídrica do lençol freático. Essa é uma das problemáticas socioambientais enfrentadas na APA, onde é possível perceber a olhos nus o assoreamento das Lagoas. Entre 2018 e 2019, a Lagoa do Abaeté apresentou uma diminuição drástica no espelho d'água, e as outras lagoas permaneceram secas mesmo nos períodos mais úmidos do ano.

⁵ Em <https://www.tempoagora.com.br/noticias/salvador-ba-acumula-1270mm-de-chuva-e-ja-e-o-maior-volume-de-chuva-em-15-anos/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Em 2020, Salvador registrou 68% da chuva prevista para um ano em apenas um trimestre, tendo o abril mais chuvoso desde 2005⁵. A chuva atípica está relacionada com o aumento da temperatura do oceano atlântico, tendo como consequência um maior volume de água evaporando durante o verão e sendo despejada de volta na terra na temporada de chuvas. Soma-se a isso, a suspensão de atividades, dentre elas o turismo, por conta da pandemia Covid-19, uma pausa forçada que segurou o bombeamento da água subterrânea pelos hotéis da região. Isso fez com que lagoas desaparecidas aflorassem, trazendo outras perspectivas para o trabalho, pois agora estávamos diante da ressurgência de um rio de linhas de vida que rompem as poligonais predeterminadas e contestam o que foi tratado como irreversível.

Uma dessas lagoas, a Saborosa, fica na baixada de restinga ao sul da Lagoa do Abaeté e aos pés do Morro do Vigia - o morro de duna que foi um importante posto de sentinela para os pescadores Itapuãzeiros. A área é hoje recoberta por uma vegetação densa, mas em momentos passados, a Saborosa, era uma vasta lagoa, visível em imagens de satélite (VITAL, A. 2020). A baixada foi ainda ocupada por residências entre 1970 e 1990, desapropriadas no início dos anos 90 para a reforma do Parque Metropolitano do Abaeté.

A camada dessa desapropriação ainda está presente na baixada, na forma de restos de entulho misturados na areia ou mesmo em antigos postes de iluminação desativados que ficaram por lá

(VITAL, A. 2020). É nessa paisagem de ruínas que observamos o ressurgimento de um dos microrrios do Abaeté a partir da Lagoa Saborosa (Figura 8). O trabalho Paisagens Indomáveis trata sobre a ressurgência dessa lagoa na área do Projeto Sariguê (Figura 9), em uma perspectiva de como habitar paisagens arruinadas.

Figura 8 - Cartografia indicando a baixada do Sariguê, os olhos d'água existentes, os percursos feitos e as áreas encharcadas/lagoas.

Fonte: Elaboradas pelas autoras sobre base cartográfica SICAR Salvador e Imagem de satélite do *Google Earth*. Salvador/BA, 2020.



Figura 9 - Lagoa e pomar aos cuidados do Projeto Sariguê.

Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Historicamente, Itapuã possuía terras de uso comum até meados do século XX (GANDON, 2018), quando foram submetidas à especulação fundiária. A proposta aqui foi de imaginar o retorno da água nesse lugar, que é uma baixada úmida de restinga, com um manejo da vegetação - atualmente composta em grande parte de

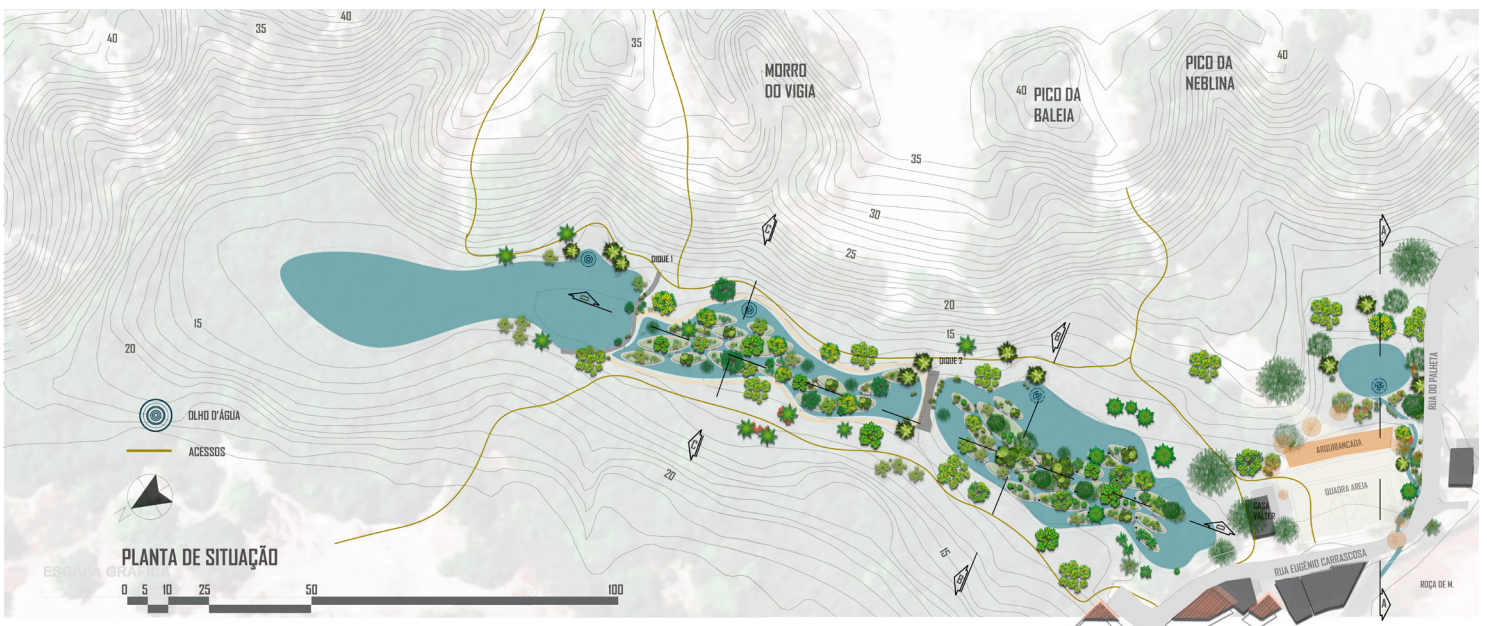
Figura 10 - Mutirão de construção de um dique de bambu na antiga Saborosa. **Fonte:** Fotografia elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

embaúbas e amendoeiras, aos moldes de uma roça tradicional, e composição de jardins flutuantes inspirados nos chinampas astecas, fortalecendo a ideia de terras de uso comum, uma vez que atividades de plantio e manejo são facilitadas quando feitas coletivamente, em mutirões (Figura 10).



Figura 11 - Planta-baixa de situação: jardins flutuantes. **Fonte:** Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

Os jardins flutuantes (Figuras 11 a 14) são povoados por espécies botânicas de restinga existentes na baixada e nos morros, e também por espécies viajantes, importantes para a medicina, espiritualidade e alimentação. Criam ainda áreas de retenção das águas pluviais, favorecendo a absorção da água no lugar onde ela cair e evitando percursos maiores onde essa água possa, na ocasião de chuvas mais fortes, se tornarem volumosas e acelerarem no terreno, erodindo o solo pelo caminho.



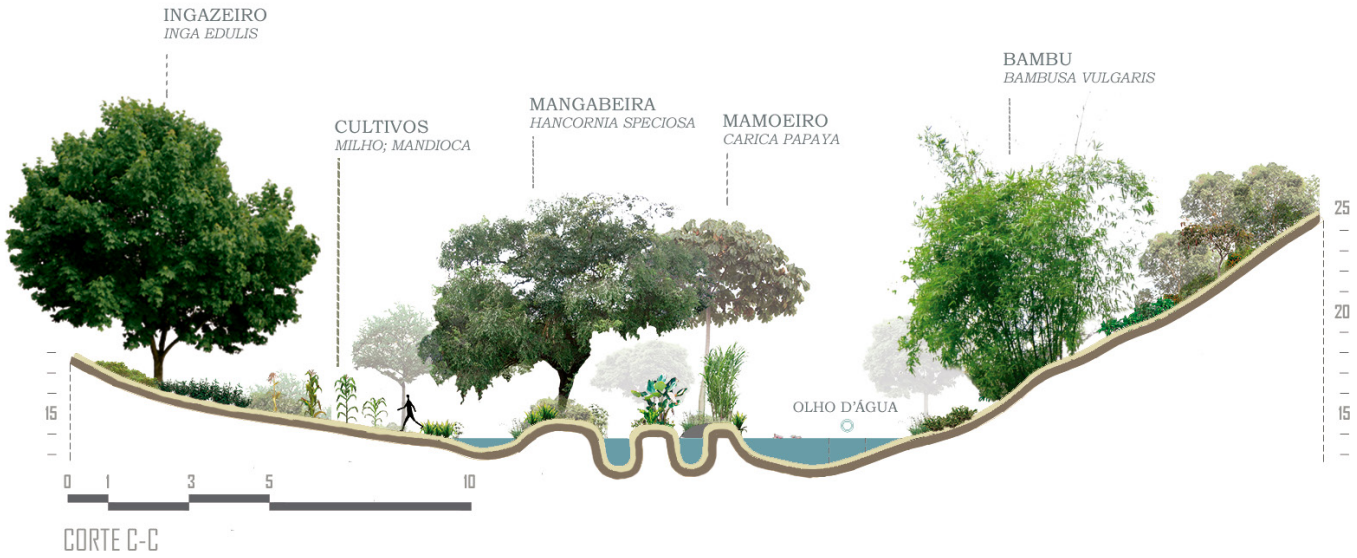


Figura 12 - Corte transversal.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



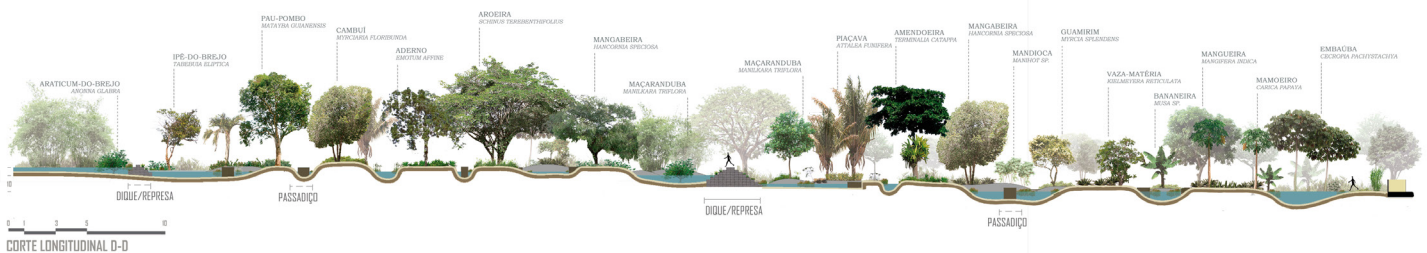
Figura 13 - Baixada da Saborosa e colagem com proposta de jardins flutuantes.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Figura 14 - Corte longitudinal.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Nas áreas próximas a uma quadra, que servem de espaço comunitário, propõem-se jardins de alta diversidade (Figuras 15 e 16), quintais comunitários e jardins filtrantes e valetas (Figuras 17 a 19) que impeçam que a quadra encharque em excesso com os afloramentos, além de uma área de acomodação para uma lagoa que também reapareceu neste trecho.



Figura 15 - Planta baixa da área da quadra. Legenda: 1) revegetação da encosta; 2) quintal agroflorestal; 3) acomodação de lagoa e proteção de nascente; 4) arquibancada; 5) quadra; 6) retentores de chuva; 7) jardins de biodiversidade; 8) jardim drenante.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Figura 16 - Esquema de jardim de alta diversidade com aparato têxtil para coleta de água de chuva e umidade.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

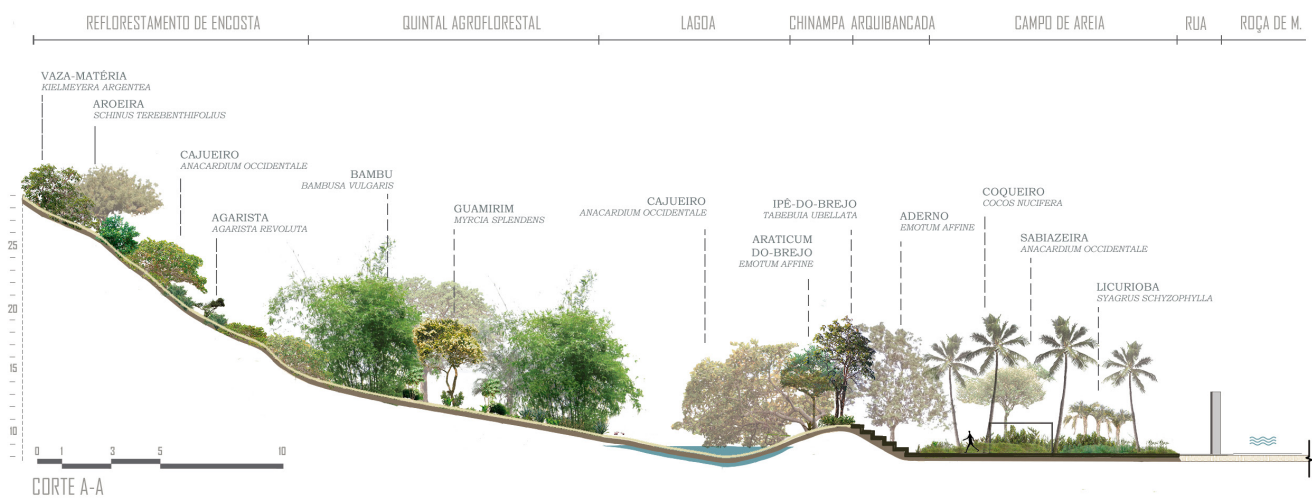


Figura 17 - Corte no trecho da quadra.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Figura 18 - Registro de trecho da quadra.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

Figura 19 - Colagem-proposta de jardins de alta diversidade.

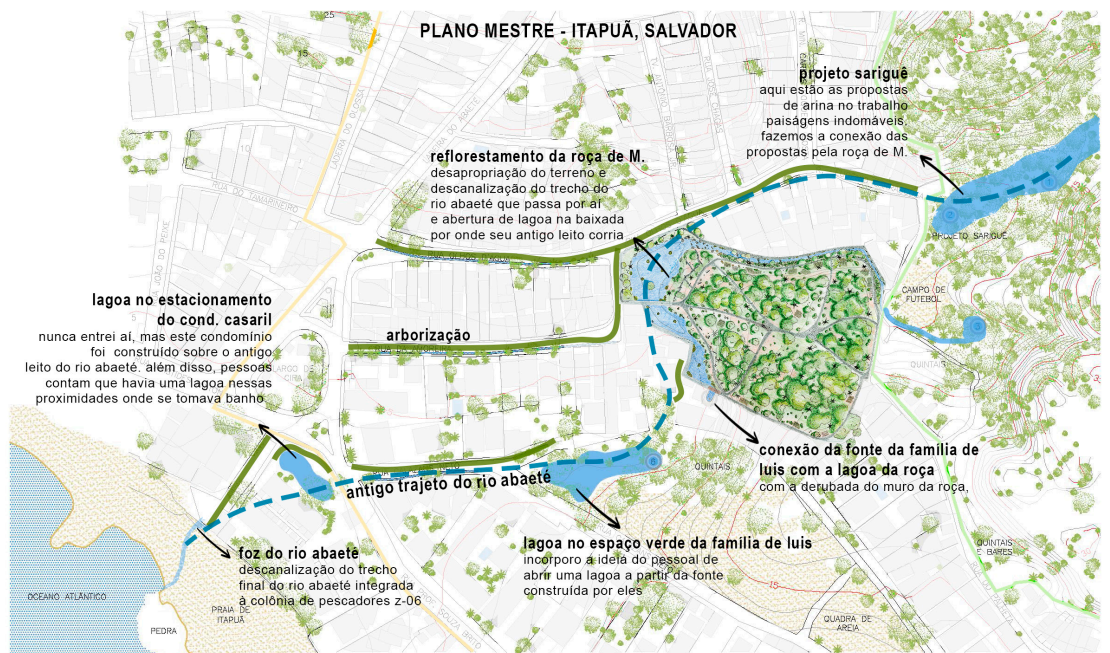
Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



O trabalho Cidade-Floresta buscou fortalecer a conexão entre as zonas de preservação ambiental e os lugares edificados do bairro de Itapuã seguindo a trilha de ressurgimento de trechos do rio Abaeté como fio potencializador para criação de áreas florestadas. As ações mapeadas se configuraram em um plano mestre para área de estudo (Figura 20) e acompanham o antigo trajeto do rio Abaeté que especulamos como descrito anteriormente e estabelecem a conexão de vários espaços livres vegetados, desde o Parque Metropolitanos do Abaeté até o mar, ao lado da Colônia de Pescadores Z-6.

Figura 20 - Plano Mestre.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



A partir do plano mestre, foram desenvolvidas propostas de retomada do sítio onde fica a Roça de M., reforçando a conexão desse sítio com as áreas verdes e fontes próximas e também o caráter comum destes espaços. Propôs-se a desapropriação do terreno não edificado, que seria então convertido em um espaço florestado, mantendo a característica de roça e área de cultivo comum. A figura 21, a seguir, explica as intervenções sugeridas.



Figura 21 - Planta de Situação da Roça.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

i) demolição de trechos do muro voltados para pontos de acesso público ao terreno. O entulho proveniente desses muros seria aproveitado na construção de caminhos da roça. Já as pedras que compõem a alvenaria que existe hoje sobre a canalização do rio Abaeté, seriam empregadas na recomposição do seu próprio leito, agora superficial. A derrubada dos muros também potencializaria a ação dos ventos, trazendo e levando areia, pólen e sementes; plantas e minerais, produzindo paisagens multiespécies;

ii) recomposição florestal e descompactação do solo (Figuras 22 e 23). Ações concomitantes uma vez que, além do processo mecânico de descompactação, o próprio crescimento da mata areja o solo com o espraiamento das raízes. Além disso, as próprias atividades de plantio existentes no terreno seriam potencializadas.

Entendendo todo esse terreno como uma grande área úmida, recordamos que são essas áreas na restinga onde a vegetação atinge portes maiores, arbóreas. Portanto a distribuição da vegetação possui um gradiente, indo de lugares de mata fechada até clareiras e áreas abertas, possibilitando diferentes usos, atividades e permanências;

Figura 22 - Vivendo da cidade-floresta: corte A-A da Roça.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

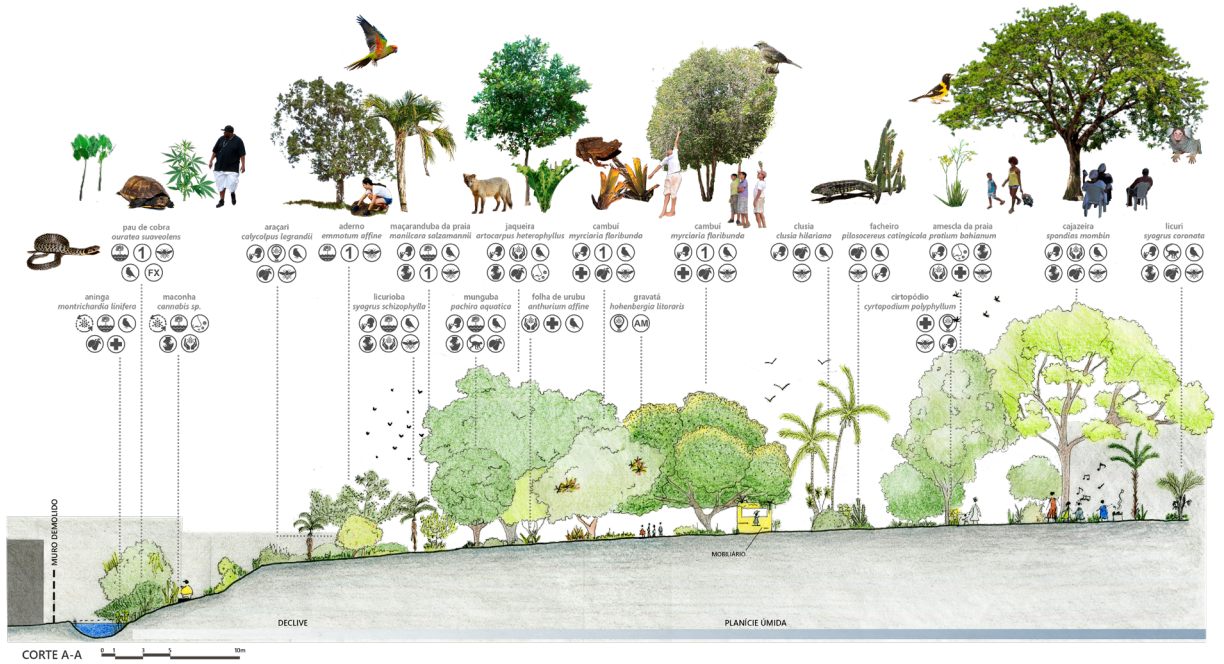


Figura 23 - Montagem da recomposição florestal da Roça.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



iii) descanalização do rio Abaeté, abertura de uma lagoa nas partes mais baixas do terreno (Figura 24) e conexão desses corpos d'água à fonte da família de Luís (Figura 25). Para viabilizar o surgimento dessas lagoas seria necessário construir diques e barragens (Figuras 26 e 27), impedindo que as águas invadam as casas da vizinhança mesmo em épocas de muita chuva. Assim como os ventos, as águas também trazem sedimentos, sementes, atraem animais e modelam a topografia.

Figura 24 - Vivendo da cidade-floresta: Corte C-C da Roça.
Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

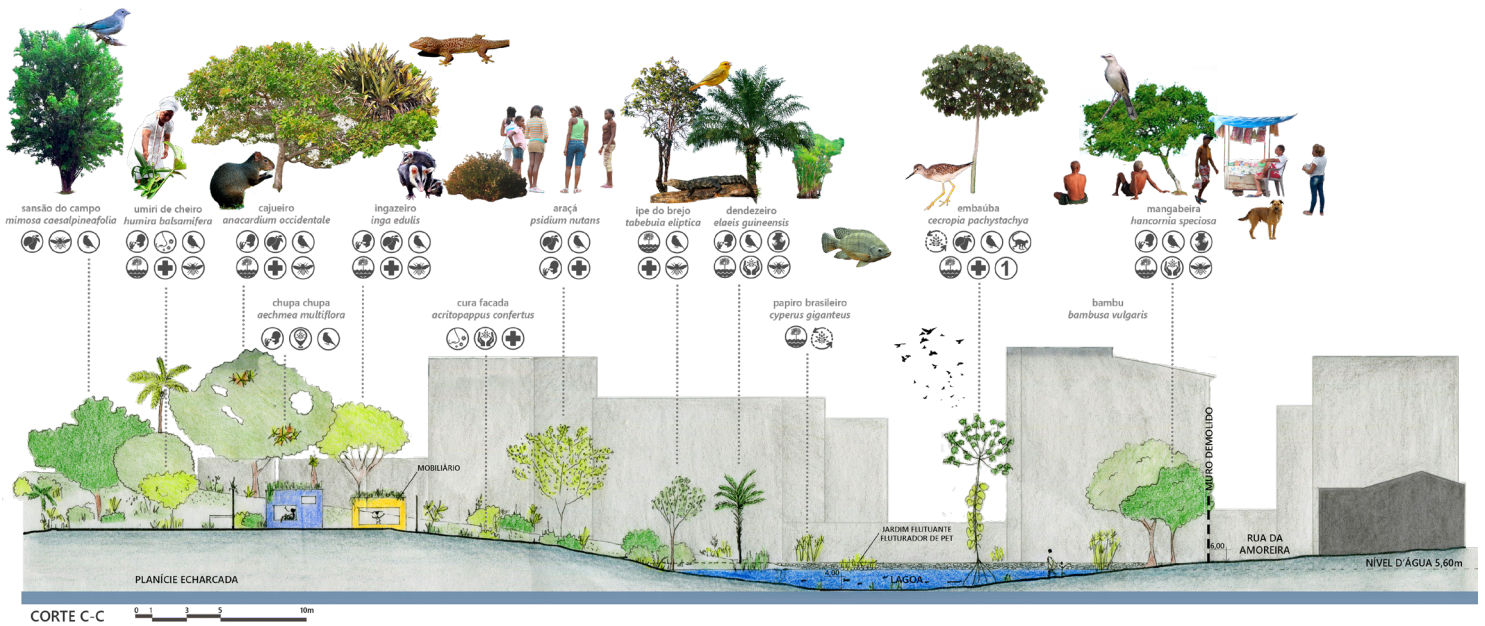


Figura 25 - Proposta para conexão da fonte da família de Luís à lagoa da Roça.
Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



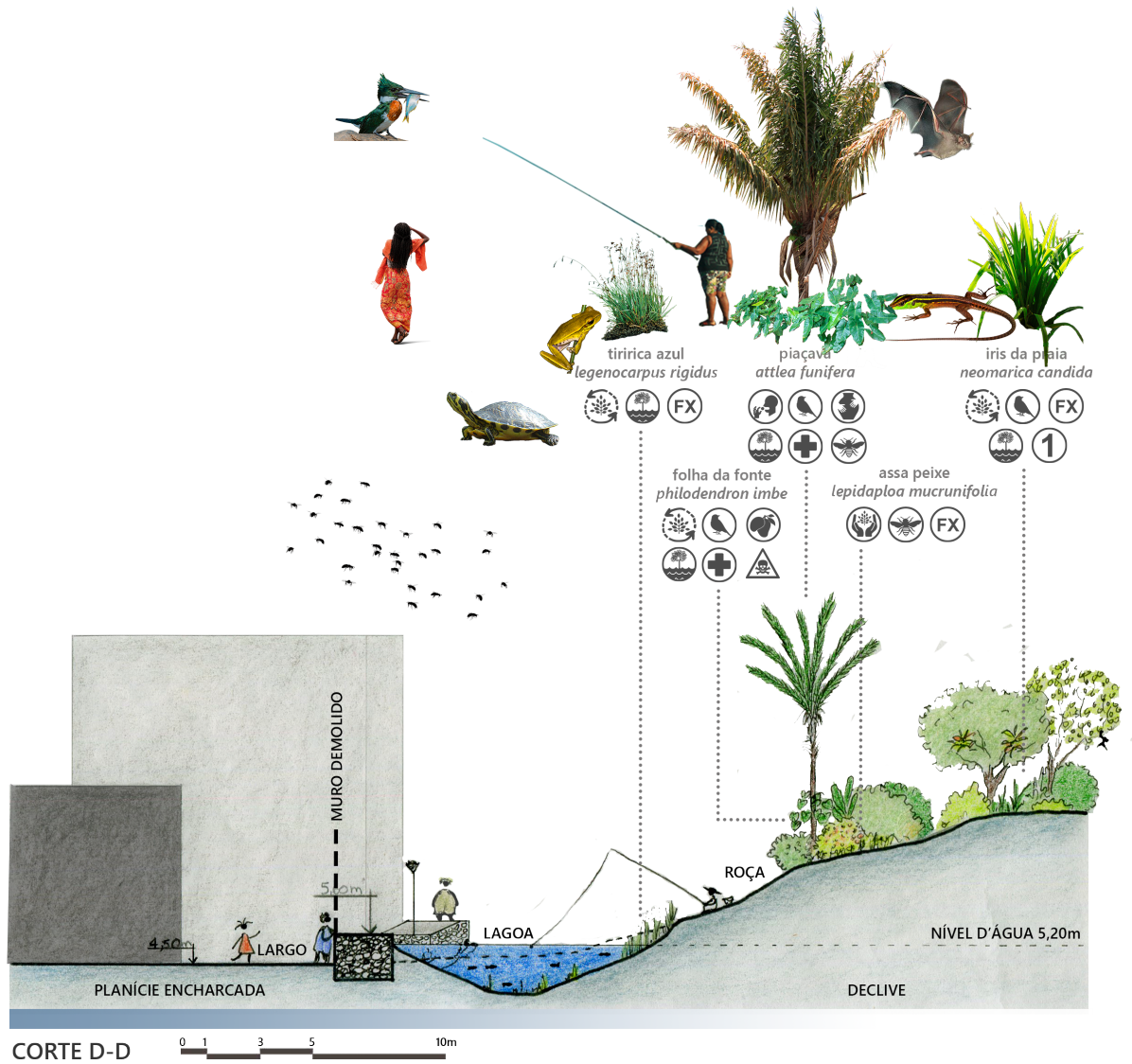


Figura 26 - Criação de contenções para o surgimento da lagoa: Corte D-D da Roça.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.



Figura 27 - Proposta de intervenção em largo vizinho à Roça.

Fonte: Elaborada pelas autoras. Salvador/BA, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos apresentados são de natureza bastante experimental e tiveram a finalidade de produzir arquiteturas da paisagem que considerassem a vida em suas múltiplas expressões na formação dos espaços urbanos. Experimentamos a forma de ler e contar histórias das paisagens estudadas, retratá-las e descrevê-las, procurando maneiras de expressão gráfica as quais representassem o emaranhado de relações que compõem as paisagens. Propostas assim demandam tanto projetos, quanto arquitetos *abertos* às ações de múltiplos seres, deixando de lado a pretensão de definir todas as intervenções possíveis. Afinal, não agimos só na formação das paisagens. Também destacamos a importância das atividades de extensão e pesquisa acadêmica realizadas na universidade pública, que possibilitaram o aprofundamento de questões fundamentais para a construção destes trabalhos, como o entendimento dos ecossistemas costeiros e das políticas de preservação.

Os trabalhos são frutos de práticas coletivas e se estruturam a partir de contribuições e perspectivas de outros habitantes do bairro de Itapuã com quem convivemos e compartilhamos um pouco de nossas vivências e histórias; dos bichos, plantas e águas que também nos deram pistas importantes sobre o território.

Finalmente, notamos como o rio Abaeté coloca em cheque valores estabelecidos ao longo dos séculos pela modernidade como as noções de limite, posse, propriedade e progresso tão incrustadas em nossos cotidianos quando rompe as poligonais das áreas de proteção e os muros das propriedades privadas. As águas do Abaeté nos mostram a vida, perfurando muros, limites, as expressões de domínio e exploração materializadas nas paisagens e em nossos corpos. Deste modo, reivindicar a floresta na cidade, especificamente em territórios afro e indígenas como Itapuã, é uma disputa para que sejamos tratadas como protagonistas na ação de construir paisagens habitáveis e ricas em diversidade através da diversidade dos nossos modos de viver.

Então, agradecemos a participação de Valter Hugo, Luís e M. presentes neste artigo, bem como dos demais habitantes de Itapuã, que não citamos aqui, mas fazem parte deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AVANZO, Paulo Eduardo. **Importância da geologia nos estudos de impacto ambiental: Abaeté, um exemplo.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. 53 p. : il.

BAHIA. Decreto Estadual Nº 351 de 22 de setembro de 1987. Salvador, Gabinete do Governador, 22 set. 1987.

_____. **Resolução nº 3.023 de 20 de setembro de 2002.** Zoneamento Ecológico – Econômico da APA Lagoas e Dunas do Abaeté. Salvador, 20 set. 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.** Brasília, DF, 15 set. 1965.

_____. **Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981.** Brasília, DF, 25 abr. 1981.

_____. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Brasília, DF, 25 ago. 1981.

_____. **Lei nº 9.985 de 31 de julho de 2000.** Brasília, DF, 18 jul. 2000.

_____. **Lei nº 12.561 de 25 de maio de 2012.** Brasília, DF, 25 maio 2012.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaios sobre os medos e os fins. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

FERNANDES, V. et al. Análise socioambiental a partir dos zoneamentos ecológico Econômico da área de proteção ambiental das lagoas e dunas do abaeté. In: **Geo UERJ.** Rio de Janeiro, nº 27, p. 137- 143, ago. 2015.

FUENTE, Rodolfo Ribeiro de la. **Regime Jurídico Aplicável às Restingas - Ecossistema Associado à Mata Atlântica.** Peculiaridades. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 02 fev. 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31060>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GANDON, Tânia Risério d'Almeida. **A voz de Itapuã.** Salvador: EDUFBA, 2018. 498 p.

GUDYNAS, Eduardo. Ecologia e ética: o ecologismo como questão filosófica. In: UNGER, Nancy Mangabeira (org.), **Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LUZ, Narcimária. **Itapuã da ancestralidade africano-brasileira.**

Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização e Quilombos**: modos e significações. Brasília, DF: s.n., 2015. 150 p.

----- . Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VITAL, Arina. **Paisagens Indomáveis**: encontros nas margens do Abaeté. Monografia (Trabalho Final de Graduação - TFG), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2020, 172 f. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/13BWg-7mHW_y7_pZaTmNCew9vDUEzzGWZl/view?usp=sharing. Acesso em 28 jun. 2021.

VITAL, Juna. **Cidade-Floresta**: retomando territórios de vida em Itapuã. Monografia (Trabalho Final de Graduação - TFG), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2020, 137 f. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11CsegJ11l-fkhrudAMOd2ZjNe8uaMGiVT/view?usp=sharing>. Acesso em 28 jun. 2021.

ARINA BORGES VITAL E SILVA

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
E-mail: arinavital@hotmail.com

JUNA BORGES VITAL E SILVA

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
E-mail: junavital@hotmail.com

MARTA RAQUEL DA SILVA ALVES

Professora orientadora do trabalho. Mestra em Arquitetura Paisagística (PROURB/UFRJ); Professora Assistente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

RECEBIDO EM:
30/06/2021

REAPRESENTADO EM:
20/08/2021

ACEITO EM:
18/10/2021